

SUBSÍDIOS PARA AS CONSTITUIÇÕES DOS FRADES CAPUCHINHOS MENORES

A.D. 2021



CAPÍTULO XII DAS CONSTITUIÇÕES A PROCLAMAÇÃO DO EVANGELHO E A VIDA DE FÉ

Frei William Henn Ofm cap.

O Capítulo XII, intitulado "A Proclamação do Evangelho e a Vida de Fé", com seus dois artigos intitulados "Nosso Compromisso de Evangelizar" e "Nossa Vida de Fé", contém algumas revisões importantes destinadas a atualizar as Constituições dos Capuchinhos à luz dos recentes desenvolvimentos dentro da Igreja e da Ordem. Antes de considerar estes desenvolvimentos e seu impacto na revisão deste capítulo, é útil recordar uma cena do início da conversão de São Francisco quando ele pediu ao padre que acabava de celebrar a Missa na pequena igreja da Porciúncula para explicar a passagem sobre Jesus enviando os apóstolos para pregar o Evangelho. Segundo Tomas de Celano, "o sacerdote comentou ponto por ponto, e Francisco, ouvindo que os discípulos de Cristo não devem possuir ouro, nem prata, nem dinheiro, nem carregar um alforje, nem pão, nem uma bengala, nem ter sapatos, nem duas túnicas, mas apenas pregar o Reino de Deus e penitência, imediatamente, exultando no Espírito Santo, exclamou: 'Isto eu quero, isto eu peço, isto eu anseio fazer com todo o meu coração!' (1 Celano IX,22; FF 356). Dificilmente se poderia imaginar uma indicação mais clara de como Francisco entendia o modo de vida que ele sentia que Deus o chamava a abraçar:

"Isto eu quero, isto eu peço, isto eu desejo fazer com todo o meu coração"! Suspeito que muitos de nós irmãos, lendo esta história, temos estado mais atentos à insistência de Jesus de que os discípulos "não levem nada para sua viagem" do que à própria razão da viagem, ou seja, proclamar a boa nova de Jesus Cristo a todos os homens.

O Capítulo XII trata precisamente da chamada que Francisco recebeu naquele dia na Porciúncula. Ele entendeu que esta era também a vocação de todos os irmãos que logo o seguiriam. Relatos dos primeiros dias de nossa fraternidade indicam que quando havia apenas oito irmãos (Lenda dos Três Companheiros III, 7 = FF 1058-1960) ou seis (LG dos Três Companheiros X,36-37 = FF 1440-1441), ou mesmo quatro (LG dos Três Companheiros IX, 33; FF 1436), eles se dividiram em grupos para ir e proclamar o Evangelho do Reino de Deus e chamar seus ouvintes ao arrependimento. Como disse Francisco a esses primeiros seguidores:

"Amados irmãos, consideremos nossa vocação. Deus, em sua misericórdia, nos chamou não só para nossa salvação, mas também para a de muitos outros. Vamos, portanto, percorrer o mundo, exortando a todos, por exemplo e não por palavras, a fazer penitência por seus pecados e a lembrar os mandamentos de Deus" (LG dos Três Companheiros X, 36 = FF 1440)

As páginas seguintes darão primeiro uma olhada em alguns dos desenvolvimentos, relevantes para o capítulo final de nossas Constituições, que foram destacados nos recentes ensinamentos do Magistério. Como a Ordem tem respondido a esses ensinamentos? Uma segunda seção examinará várias maneiras pelas quais a revisão aprovada no Capítulo Geral de 2012 procurou atualizar as Constituições à luz destes desenvolvimentos. Finalmente, uma terceira seção fornecerá algumas considerações que o autor espera que estimulem a reflexão por parte dos irmãos que procuram colocar em prática nosso compromisso com a evangelização e nossa vida de fé.

1. A EVOLUÇÃO DOS RECENTES ENSINAMENTOS DA IGREJA E A RESPOSTA DA ORDEM DOS CAPUCHINHOS

ENSINO RECENTE DA IGREJA SOBRE EVANGELIZAÇÃO

Muitos apontaram que a intenção fundamental de João XXIII ao convocar o Vaticano II (1962-1965), como descrito em seu discurso de abertura *Gaudet Mater Ecclesia* no primeiro dia do Concílio, era adotar uma abordagem pastoral ao apresentar a doutrina católica mais adequada ao tempo presente. O objetivo não era mudar o ensino católico, mas atualizar sua forma para que ele fosse mais apropriado ao rico conteúdo da fé e mais capaz de ser compreendido e atrativo para as pessoas de hoje. Paulo VI reafirmou a intenção de seu predecessor no discurso de abertura da segunda sessão do Conselho, no outono de 1963.

Em resposta a este objetivo, o Concílio recuperou alguns temas eclesiológicos importantes, às vezes negligenciados nos últimos séculos, como ver a Igreja como o povo profético, sacerdotal e real de Deus na história (*Lumen Gentium*, Capítulo II) e que todos os batizados receberam o chamado para uma vida de perfeita caridade (LG, Capítulo V). O ensino sobre a vocação universal à santidade também levou a um repensar fecundo do lugar particular da vida religiosa dentro da Igreja (LG, Capítulo VI, e *Perfectae Caritatis*).

O tema bíblico, patrístico e tradicional da "Igreja-comunhão" provou ser uma categoria muito útil para transmitir muitos dos insights eclesiológicos recuperados pelo Concílio Vaticano II. Esta "eclesiologia da comunhão" está intimamente relacionada com a

compreensão da Igreja como uma espécie de sacramento (*Veluti Sacramentum*) de comunhão entre Deus e a humanidade e entre os próprios seres humanos (cf. LG 1). Ao conceber a Igreja em uma estrutura sacramental - como um "sacramento universal de salvação" (cf. LG 48, *Ad gentes* 1 e *Gaudium et spes* 45) - o Vaticano II também forneceu uma base para afirmar que a Igreja é essencialmente missionária. A Igreja não existe primariamente e unicamente para si mesma, mas, desde o primeiro momento de sua existência, é chamada a anunciar a boa nova aos outros, como atestam as passagens conclusivas dos quatro Evangelhos (Mt 28,16-20; Mc 16,15-20; Lc 24,44-49; Jo 20,21).

Outro aspecto da visão conciliar da Igreja, que se reveste de particular importância para apreciar a revisão contida no Capítulo XII de nossas Constituições, é o ensinamento do Vaticano II sobre a Igreja local. O Vaticano II procurou complementar o tratamento do Vaticano I sobre a primazia do sucessor de Pedro com uma descrição explícita do papel dos bispos em suas dioceses, o que necessariamente significava lançar luz sobre a natureza e a atividade da Igreja local. Isto teria implicações significativas para nossa compreensão não apenas das Igrejas locais, mas também da natureza missionária da Igreja como um todo.

Nos anos que se seguiram ao Vaticano II, vários eventos muito significativos aprofundaram e desenvolveram ainda mais a visão do Concílio sobre a natureza missionária da Igreja. Um deles foi o Sínodo sobre evangelização e a subsequente expressão de seu ensinamento no que muitos consideram ser um dos ensinamentos mais importantes de Paulo VI: sua exortação apostólica pós-sinodal *Evangelii Nuntiandi* de 1975. Nesse texto, o Papa Paulo declarou que "a apresentação da mensagem do Evangelho não é uma contribuição opcional para a Igreja: é o dever que lhe cabe por ordem do Senhor Jesus, para que os homens possam crer e ser salvos". (EN 5). Missão é, portanto, a "identidade mais profunda" da Igreja (EN 14). E prossegue: "para a Igreja não se trata apenas de pregar o Evangelho em áreas geográficas cada vez mais amplas ou para populações cada vez maiores, mas também de alcançar e quase derrubar pelo poder do Evangelho os critérios de julgamento, os valores determinantes, os pontos de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que estão em contraste com a Palavra de Deus e o plano de salvação". (EN 19).

Um dos aspectos mais marcantes do Sínodo sobre a evangelização foi o reconhecimento da variedade e poderosa influência da cultura sobre a missão da Igreja. Isto foi mais evidente durante o sínodo sobre evangelização de 1974, quando vozes da América Latina enfatizaram a necessidade de os evangelizadores apresentarem o Evangelho como uma boa notícia para aqueles que sofrem com as más condições econômicas daquele continente. Por sua vez, os bispos asiáticos insistiram que a evangelização deve ser sensível ao fato de que a maioria dos asiáticos vive em países onde predominam as religiões não cristãs. Vozes da África pediram que se encarnasse a vida da Igreja de tal forma que a riqueza das diferentes culturas africanas fosse mais valorizada e aproveitada, enquanto a necessidade de apresentar a fé cristã de forma convincente em meio a um ambiente cada vez mais secularizado e pós-cristão foi enfatizada por intervenções da Europa e da América do Norte. Estes acentos distintivos expressos pelos bispos das diferentes áreas culturais mostraram como é importante a situação local das Igrejas particulares para a evangelização. As discussões do Sínodo levaram Paulo VI a formular a relação entre cultura e evangelização da seguinte maneira:

... é necessário evangelizar - não de forma decorativa, à semelhança do verniz superficial, mas de forma vital, em profundidade e para as raízes - a cultura e as culturas do homem, ... sempre a partir da pessoa e sempre voltando às relações das pessoas entre si e com Deus. O Evangelho, e portanto a evangelização, certamente não são identificados com

a cultura, e são independentes com respeito a todas as culturas, contudo o Reino, que o Evangelho proclama, é vivido por pessoas que estão profundamente apegadas a uma cultura, e a construção do Reino não pode deixar de fazer uso dos elementos da cultura e das culturas humanas. Independente em relação às culturas, o Evangelho e a evangelização não são necessariamente incompatíveis com eles, mas capaz de impregná-los a todos, sem se escravizar a nenhum (EN 20).

Devido a esta estreita relação entre cultura e evangelização, Paulo VI prosseguiu afirmando que "a ruptura entre Evangelho e cultura é sem dúvida o drama de nosso tempo, como foi de outros" (EN 20). Esta percepção é sem dúvida o elemento mais significativo entre as muitas reflexões oficiais recentes sobre a necessidade de uma "nova evangelização".

De fato, muitos observadores destacaram as mudanças bastante dramáticas que ocorreram em graus variados e com nuances diferentes dentro das culturas e sociedades humanas em todo o mundo. A secularização está entre as causas mais poderosas de muitas dessas mudanças, que o filósofo católico canadense Charles Taylor descreveu como ocorrendo em várias etapas: 1) a remoção de Deus dos espaços públicos e do discurso, 2) a subsequente redução da crença religiosa e da frequência ao culto religioso, e 3) a eventual crença generalizada de que a fé é meramente uma opção entre outras opções igualmente válidas, portanto desprovida de qualquer relação com a verdade (cf. Martinelli 2012, 400-407). Outros fatores importantes que contribuem para estas mudanças são a migração, o consumismo, a globalização, as práticas econômicas, as doutrinas políticas, a evolução da mídia e a degradação ambiental (cf. Martinelli 2012, 407-411 e Martinelli 2013, 69-71).

A Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Christifideles Laici* (1988) reafirma e aprofunda o ensinamento católico oficial sobre evangelização. Primeiramente, João Paulo II une as dimensões da comunhão e da missão de forma mais explícita do que o Vaticano II havia feito. O parágrafo 32 desta Exortação Apostólica nos lembra que:

"Comunhão e missão estão profundamente unidas, se interpenetram e se implicam mutuamente, ao ponto de que a comunhão é a fonte e ao mesmo tempo o fruto da missão: comunhão é missionária e missão é para comunhão". É sempre o único e o mesmo Espírito que convoca e une a Igreja e que a envia para pregar o Evangelho "até os confins da terra" (At 1,8). Por sua vez, a Igreja sabe que a comunhão, recebida como um presente, tem um destino universal. Assim, a Igreja se sente em dívida com toda a humanidade e com cada pessoa pelo dom recebido do Espírito que derrama no coração dos crentes a caridade de Jesus Cristo, uma força prodigiosa para a coesão interna e a expansão externa ao mesmo tempo. A missão da Igreja deriva de sua própria natureza, assim como Cristo a pretendia...

Além disso, as dramáticas mudanças culturais mencionadas acima levaram João Paulo II a afirmar que "novas situações, tanto eclesiais como sociais, econômicas, políticas e culturais, exigem hoje, com uma força muito especial, a ação dos fiéis leigos" (ChL 3), acrescentando:

Como não pensar na persistente propagação do indiferentismo religioso e do ateísmo em suas mais diversas formas, particularmente na forma, talvez a mais difundida hoje em dia, do secularismo? Inebriado pelas conquistas prodigiosas de um desenvolvimento científico-técnico imparável e sobretudo fascinado pela mais antiga e sempre nova tentação, a de querer tornar-se como Deus (cf. Gn 3,5) através do uso de uma liberdade sem limites, o homem corta as raízes religiosas que estão em seu coração: esquece Deus,

considera-o sem sentido para sua própria existência, rejeita-o ao colocar-se em adoração aos mais diversos "ídolos" (Chl 4).

SEGUNDO JOÃO PAULO, ISTO LEVOU A UMA SITUAÇÃO MUITO PRECUPANTE PARA A IGREJA.

Países e nações inteiros, onde a religião e a vida cristã floresciam e eram capazes de dar origem a comunidades de fé viva e ativa, estão agora sendo severamente testados, e às vezes até radicalmente transformados, pela contínua disseminação do indiferentismo, do secularismo e do ateísmo. Este é particularmente o caso dos países e nações do chamado Primeiro Mundo, onde a prosperidade econômica e o consumismo, mesmo misturados com situações temíveis de pobreza e miséria, inspiram e sustentam uma vida vivida "como se Deus não existisse". Agora, a indiferença religiosa e a total insignificância prática de Deus para até mesmo os graves problemas da vida não são menos preocupantes e subversivos do que o ateísmo declarado (ChL 34).

Vários anos depois, João Paulo II enfatizou mais uma vez a relação entre missão e comunhão na encíclica *Redemptoris Missio* (1990): "Este povo messiânico ... constituído por Cristo para uma comunhão de vida, de caridade e de verdade, é também assumido por ele como o instrumento da redenção de todos e, como a luz do mundo e o sal da terra, é enviado ao mundo inteiro" (RMi 9). Um dos motivos importantes por trás da Encíclica sobre a missão de João Paulo II foi responder à pergunta: se Deus encontra uma maneira de oferecer a cada ser humano a salvação que ele quer para todas as pessoas (cf. 1 Tim 2,4 e GS 22), então a proclamação do Evangelho não é supérflua? A isto o Santo Padre responde:

À pergunta: por que a missão? respondemos com fé e com a experiência da Igreja que a abertura ao amor de Cristo é a verdadeira libertação. Nele, somente nele estamos libertos de toda alienação e perplexidade, da escravidão ao poder do pecado e da morte. Cristo é verdadeiramente "nossa paz", (Ef 2,14) e "o amor de Cristo nos impulsiona", (2 Cor 5,14) dando sentido e alegria a nossas vidas. A missão é uma questão de fé, é o índice exato de nossa fé em Cristo e em seu amor por nós (RMi 11).

Curiosamente, o Santo Padre vincula especificamente a missão à fé. Portanto, vemos aqui um paralelo com o fato de que os dois artigos do Capítulo XII de nossas Constituições também ligam evangelização e fé, um elo que também pode ser visto no capítulo final da Regra Bulada de São Francisco.

Enquanto o Vaticano II e os esclarecimentos papais subsequentes enfatizaram a natureza missionária essencial da Igreja e a necessidade de cada batizado ser um missionário, as mudanças culturais e sociais evidentes nas últimas décadas levaram a uma nova e mais diversificada compreensão da natureza e do propósito da evangelização. Isto também encontra uma expressão concisa na Encíclica de João Paulo II sobre a Missão da Igreja.

As diferenças de atividade dentro de uma missão da Igreja surgem não de razões intrínsecas à missão em si, mas das diferentes circunstâncias em que ela ocorre. Olhando o mundo de hoje a partir da perspectiva da evangelização, três situações podem ser distinguidas. Antes de tudo, aquilo ao qual se dirige a atividade missionária da Igreja: povos, grupos humanos, contextos socioculturais nos quais Cristo e seu Evangelho não são conhecidos, ou nos quais há falta de comunidades cristãs maduras o suficiente para encarnar a fé em seu próprio ambiente e anunciá-la a outros grupos. Esta é precisamente a missão ad gentes. Existem, portanto, comunidades cristãs que possuem estruturas

eclesiais adequadas e sólidas, são fervorosas na fé e na vida, irradiam o testemunho do Evangelho em seu ambiente e sentem o compromisso com a missão universal. Neles, ocorre a atividade, ou cuidado pastoral, da Igreja. Finalmente, existe uma situação intermediária, especialmente em países de cristianismo antigo, mas às vezes também em Igrejas mais jovens, onde grupos inteiros de batizados perderam o sentido vivo da fé, ou mesmo não se reconhecem mais como membros da Igreja, levando uma existência muito distante de Cristo e de seu Evangelho. Neste caso, há necessidade de uma "nova evangelização", ou "re-evangelização" (RMi 33).

Esta tríplice divisão da missão da Igreja como dirigida 1) àqueles que não ouviram o Evangelho, 2) àqueles que necessitam de alimentação e orientação pastoral como crentes praticantes, e 3) àqueles que se afastaram da prática da fé é capturada no título evocativo do modo próprio com o qual Bento XVI estabeleceu o Conselho Pontifício para a Promoção da Nova Evangelização em 21 de novembro de 2010, *Ubicumque et semper* (Em todo lugar e sempre). Isto significa que, de forma muito real, nenhum território deve mais ser considerado como "território de missão", ao contrário de outros como "território não-missão". Sempre e em todos os lugares a Igreja é uma comunidade de discípulos evangelizadores. Este entendimento exigirá um processo desafiador de repensar a conversão por parte dos crentes batizados e de Igrejas particulares ao redor do mundo. Da simples manutenção de seus membros, as congregações cristãs terão mais do que nunca de ser comunidades de alcance dinâmico, compartilhando o Evangelho em palavras e atos.

O papel das congregações religiosas dentro da comunidade cristã foi posteriormente explorado por um Sínodo de bispos, cujas sugestões formariam a base da exortação apostólica pós-sinodal *Vita Consecrata* (1996) do Papa João Paulo II. Neste texto, o Papa descreve os religiosos como "especialistas em comunhão" (VC 46) e os coloca plenamente dentro da dimensão missionária da Igreja: "... a missão é essencial para todo Instituto, não somente naqueles de vida apostólica ativa, mas também naqueles de vida contemplativa". ... além disso, ela participa da missão de Cristo com outro elemento peculiar e próprio: a vida fraterna em comunidade para a missão" (VC 72). Esta contribuição é descrita mais explicitamente em vários parágrafos posteriores.

A contribuição específica dos homens e mulheres consagrados à evangelização reside sobretudo no testemunho de uma vida totalmente dada a Deus e a seus irmãos e irmãs, à imitação do Salvador que, por amor ao homem, se fez servo. No trabalho de salvação, de fato, tudo vem do compartilhamento do ágape divino. As pessoas consagradas tornam visível, em sua consagração e dedicação total, a presença amorosa e salvadora de Cristo, o Consagrado do Pai, enviado em missão. Deixando-se conquistar por Ele (cf. Fil 3,12), eles se dispõem a tornar-se, de certa forma, uma extensão de Sua humanidade. A vida consagrada diz eloquentemente que quanto mais se vive para Cristo, melhor se pode servi-lo nos outros, indo até os postos avançados da missão e assumindo os maiores riscos (VC 76).

Ainda mais recentemente, tem havido inúmeros apelos para que todos os batizados, não apenas religiosos, sejam "discípulos evangelizadores". Talvez o exemplo mais significativo destes apelos tenha sido o 13º Sínodo Geral dos Bispos em 2012, dedicado ao tema da nova evangelização para a transmissão da fé. Posteriormente, a exortação apostólica *Evangelii Gaudium* de 2013 do Papa Francisco se baseou em parte nas propostas que emergiram daquele sínodo e ensinaram:

Fiel ao modelo do Mestre, é vital que a Igreja hoje saia para proclamar o Evangelho a todos, em todos os lugares, em todas as ocasiões, sem demora, sem repulsa e sem medo. A alegria do Evangelho é para todo o povo, ela não pode excluir ninguém. ... A Igreja 'extrovertida' é a comunidade de discípulos missionários que tomam a iniciativa, que se envolvem, que acompanham, que frutificam e celebram. "Primerear - tomar a iniciativa": por favor, me desculpem por este neologismo. A comunidade evangelizadora experimenta que o Senhor tomou a iniciativa, a precedeu no amor (cf. 1 Gv 4,10), e por isso sabe dar o primeiro passo, sabe tomar a iniciativa sem medo, sair ao encontro, buscar o distante e chegar ao cruzamento para convidar os excluídos. Ela vive um desejo inesgotável de oferecer misericórdia, fruto de ter experimentado a infinita misericórdia do Pai e seu poder de propagação. Atreva-se um pouco mais a tomar a iniciativa! (Evangelii gaudium 23-24).

O apelo do Papa Francisco é obviamente dirigido também às nossas fraternidades e aos irmãos Capuchinhos. Para alguns de nós, isso só implicará em um aprofundamento da maneira como já pensamos sobre nós mesmos e colocamos em prática nossa vocação franciscana; para outros, pode ser necessário adotar uma compreensão e uma maneira de agir mais missionária.

DESENVOLVIMENTOS DENTRO DA ORDEM DOS CAPUCHINHOS

É um sinal do compromisso de nossa Fraternidade de ser fiel aos ensinamentos da Igreja, compromisso expresso no parágrafo 183, que aparece no Capítulo XII, que os conhecimentos sobre evangelização listados acima do Vaticano II, *Evangelii Nuntiandi*, *Christifideles Laici*, *Redemptoris Missio*, *Vita Consecrata* e *Evangelii Gaudium* não tenham caído em ouvidos surdos.

Já a revisão de nossas Constituições em 1968 incorporou alguns dos temas eclesiológicos do Concílio Vaticano II, especialmente no que diz respeito a como nossa Ordem deveria refletir de várias maneiras sobre o tema da "Igreja como comunidade". Mas foi sobretudo a celebração do Sínodo sobre a Evangelização em 1974 e a aparição em 1975 do *Evangelii Nuntiandi* de Paulo VI que inspirou o Ministro Geral Paschal Rywalski e seus conselheiros a convocar um Conselho Plenário da Ordem dedicado à nossa vocação missionária, que foi realizado em Mattli, Suíça, em 1978. Suas conclusões foram extraídas muito da exortação de Paulo VI, considerando 1) o lugar de nossa vocação capuchinha na natureza missionária essencial da Igreja, 2) os novos contextos eclesiais, sociopolíticos, econômicos e religiosos nos quais nossos esforços missionários estão ocorrendo hoje, e 3) vários princípios práticos para orientar esses esforços. Estes foram passos valiosos na tentativa de responder positivamente às reflexões do sínodo sobre evangelização e *Evangelii nuntiandi*.

Entretanto, como fica claro na primeira frase do documento Mattli, a visão comum entre os capuchinhos da época era que aqueles irmãos apropriadamente chamados "missionários" formavam um grupo distinto dentro da Ordem: "Reunidos em Mattli para o Conselho Plenário da Ordem, antes de mais nada sentimos a necessidade e o dever de estender nossos cordiais bons votos a todos vocês, nossos irmãos missionários, que generosamente se dedicam a carregar o fardo e a alegria de nosso serviço de evangelização em todos os continentes e em situações muitas vezes difíceis". Embora reconhecendo corretamente a dedicação exemplar e corajosa daqueles irmãos que foram a terras distantes para proclamar o Evangelho em culturas diferentes da sua, Mattli não poderia enfatizar com suficiente clareza que cada capuchinho deve estar consciente da dimensão missionária de nossa vocação. No entanto,

digno de louvor foi o reconhecimento por este terceiro Conselho Plenário de que a situação missionária dentro da Igreja e dentro da Ordem estava mudando rapidamente. Um dos insights mais inspiradores deste Conselho Plenário foi seu reconhecimento da mudança do papel daqueles que serviram na missão ad gentes:

Nesta situação, os missionários são agora transformados de fundadores dinâmicos de igrejas em colaboradores, de homens de iniciativa e decisões autônomas em homens de diálogo, de escuta e, em certa medida, de obediência e disponibilidade. Neste retrocesso, neste desapego, o frade menor se encontra em seu clima agradável, na oportunidade de viver sua identidade mais em disponibilidade e minoria. Ele não se apresenta nem como superior nem como inferior, mas como irmão. Ele não se impõe, mas se oferece a si mesmo. Ele não é mais tanto um "enviado" de uma igreja mãe com uma decisão unilateral, mas um "convidado" de uma igreja particular em necessidade e enquanto ela for necessária (parágrafo 18).

A assembleia de Mattli propôs que a contribuição específica dos Capuchinhos à atividade missionária se encontre na fidelidade, como indivíduos e em comunidade, ao nosso carisma como Irmãos e como Menores (parágrafo 12). Isto consiste em proclamar o Evangelho do amor do Pai para todas as pessoas com alegria e simplicidade. Além disso, os delegados da Mattli acrescentaram as seguintes palavras sobre as qualidades específicas de uma presença missionária que é autenticamente capuchinha:

Acreditamos que a presença missionária franciscana deve ser caracterizada por

- *Fraternidade*: vivendo como verdadeiros irmãos entre nós e realizando formas de vida fraterna com as pessoas entre as quais trabalhamos;
- *Minoria*: vivendo como verdadeiros servidores de todos, humildes, pobres, respeitosos e pacificadores, simples no estilo de vida e nas relações com os outros;
- *Experiência do Espírito na própria vida*: mostrar-nos em tudo como verdadeiros "homens de Deus" atentos e disponíveis a qualquer inspiração divina recebida diretamente ou através da vida e da realidade dos outros;
- *Sensibilidade* aos problemas da promoção integral, para que nossa presença missionária seja verdadeiramente um estímulo ao desenvolvimento e à justiça, ao diálogo e à solidariedade;
- *Radicalismo evangélico*, sempre nos levando à mais generosa disponibilidade, aceitação da cruz e um saudável espírito pioneiro, como resposta corajosa às necessidades mais urgentes das pessoas e da Igreja (parágrafo 12).

Um fruto imediato do conselho plenário de Mattli foi que, cinco anos depois, a revisão das Constituições de 1982 declarou que os missionários são aqueles que, em qualquer continente ou região, trazem a boa nova alegre da salvação àqueles que não acreditam em Cristo (174,5). A frase seguinte, entretanto, acrescenta imediatamente que "reconhecemos a situação especial daqueles irmãos que se dedicam à atividade missionária a serviço das Igrejas recém-criadas" (174,6). A partir de então, a revisão de 1982 focalizou principalmente o significado mais estreito e tradicional da atividade missionária como envio para terras estrangeiras.

Entretanto, a revisão de 1982 reconhece que "as Igrejas particulares já adquiriram a parte mais importante no trabalho de evangelização".

Os delegados que deveriam participar do Capítulo Geral que adotou nossas novas Constituições receberam uma explicação da proposta de revisão intitulada Esboço de nossas Constituições para o Capítulo Geral LXXXIV. Segunda Proposta de Revisão (PdR2), Tomo I, Introdução, Perspectivas Sinópticas, Notas Explicativas, que descreveu as mudanças no Capítulo XII nas páginas 573-627. PdR2 destacou que a Commissio Constitutionum OFM Cap. tinha feito uso abundante do documento do Terceiro Conselho Plenário da Ordem, realizado em Mattli, e que "O desenvolvimento da eclesiologia desencadeado pelo Concílio Vaticano II e a urgência da nova evangelização, já reconhecida pela Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi de Paulo VI (8 de dezembro de 1975) e, mais tarde, insistentemente incentivada por João Paulo II, que "a explorou sistematicamente em numerosas intervenções", levaram a repensar o conceito de missão. Nossa Ordem entrou neste novo horizonte, especialmente teológico e pastoral, através do III CPO (Mattli 1978) e do Capítulo Geral de 1982..." (PdR2, 575).

Durante muito tempo o princípio do Ir. Bernhard Christen de Andermatt, "Uma Província - Uma Missão", revelou-se uma intuição engenhosa: foi favorecido pelo fato de que muitas vezes os Capuchinhos eram os únicos presentes no território a eles confiado pela Propaganda Fide e a Igreja local ainda não havia surgido. Assim, a Província teve a autonomia necessária para estabelecer e cumprir a missão que lhe foi confiada. Hoje as condições mudaram radicalmente não apenas na Igreja e na Ordem, mas também nos campos político e econômico (Jöhri, 2009, 1.4).

A carta de Mauro reconheceu mudanças não apenas na Igreja e nas diversas sociedades em que servimos os capuchinhos, mas também mudanças significativas na demografia da Ordem:

Nos últimos anos, a Ordem se expandiu, ampliou seus limites. Temos testemunhado o fenômeno do notável crescimento das fraternidades na Ásia, África e América Latina, especialmente no Brasil, e o da constante diminuição das fraternidades na Europa e América do Norte, com variações regionais que às vezes indicam um processo muito rápido, assim como a manutenção de nossa presença na Europa Oriental. Ao lado desta observação, que se refere ao que é imediatamente visível, há problemas menos visíveis que afetam diretamente a missão ou nossa maneira de ser missionários. (Jöhri 2009, 1.10)

Essas percepções são facilmente reconhecíveis nas revisões que agora encontramos no texto do Capítulo XII de nossas Constituições aprovado no Capítulo de 2012 e promulgado em 2013.

Finalmente, a carta do Irmão Mauro de 6 de janeiro de 2011, pedindo a reação de todos os Irmãos da Ordem ao que era, na época, a última revisão do Capítulo XII, lembrou novamente que nosso Seráfico Pai São Francisco foi o primeiro fundador de uma Ordem Religiosa a incluir em sua Regra de Vida um Capítulo específico sobre as Missões, acrescentando "Graças a uma reflexão mais profunda sobre a eclesiologia, desde o encerramento do Concílio Vaticano II começamos a falar menos de 'missões' no plural com referência a territórios específicos, e a falar em vez de 'missão' no sentido de um mandato ou compromisso confiado a um corpo inteiro ou a uma única pessoa" (Prot. n. 00052/11 de 6 de janeiro de 2011).

Como, então, a revisão que produziu nossas atuais Constituições reflete estes desenvolvimentos relativos à evangelização que foram apresentados nos recentes ensinamentos católicos oficiais e os esforços dos Capuchinhos para responder a estes ensinamentos? Que agora vamos nos dedicar.

II. CAPÍTULO XII: "A PROCLAMAÇÃO DO EVANGELHO E A VIDA DE FÉ".

A forte afirmação da natureza missionária essencial da Igreja é o desenvolvimento teológico mais pertinente quando se considera o Capítulo XII das Constituições Capuchinhas revisadas de 2013. A revisão atual procura incorporar explicitamente o papel eclesial da Ordem dos Capuchinhos, de acordo com duas preocupações do Concílio Vaticano II: primeiro, que "a Igreja durante sua peregrinação na terra é por sua própria natureza missionária, pois é da missão do Filho e da missão do Espírito Santo que ela, segundo o plano de Deus Pai, deriva sua origem" (AG 2; cf. LG 1-4, 9, 17, 48); e segundo, que a diocese ou Igreja particular é fruto e agente da atividade evangelizadora da Igreja (cf. AG, cap. III, LG 13 e 23). Estas duas preocupações têm sido repetidas e desenvolvidas, como vimos, nos ensinamentos católicos oficiais desde o Conselho.

Esta última ênfase na Igreja local também contribuiu para a decisão do Capítulo Geral de 2012 de redefinir a estrutura da Ordem no Capítulo VIII das Constituições revisadas, afastando-se da divisão em Províncias, Vice-Províncias, Custódias, Delegações e Casas (como no parágrafo 110.11 das Constituições anteriores) para a designação mais simples de todas as suas jurisdições como províncias ou custódias (cf. PdR2 366). "Não se trata, de fato, de uma simplificação estrutural voltada para si mesma, mas de uma consequência que deriva da nova e mais ampla concepção da própria missão e da realidade da Ordem, que em tempos recentes mudou e se desenvolveu também à luz da eclesiologia da comunhão e da mesma nova concepção da dimensão missionária da vida cristã e da tarefa missionária da Igreja" (PdR2, 579). No início do século XVI, na época de nossas origens capuchinhas, surgiu uma concepção da atividade missionária que foi fortemente influenciada pela expansão europeia em muitas partes do mundo onde os exploradores se familiarizaram com vastas populações de pessoas que nunca haviam ouvido a mensagem de Cristo e seu evangelho. A definição da estrutura da Ordem à luz desses territórios de missão pareceu a forma adequada de designar os vários tipos de jurisdições capuchinhas. O novo entendimento da missão, centrado nas Igrejas locais em todo o mundo, fez com que esta concepção não fosse mais adequada. A *Commissio Constitutionum* acrescenta: "Se a Congregação para a Evangelização dos Povos ou de Propaganda Fide tem competência sobre jurisdições eclesiásticas (atualmente mais de 1000), isto se deve apenas a um fato administrativo e organizacional, e não doutrinário e teológico" (PdR2 576).

Antes de considerar alguns dos temas específicos presentes em nossas Constituições revisadas, é útil recordar a continuidade fundamental do material do Capítulo XII com nossas origens franciscanas, enfatizando a importância da evangelização nos próprios escritos de São Francisco. Pode-se falar de um "*estatuto missionário*" franciscano reconhecível em seus escritos autênticos (cf. Lehmann, Passim). Este estatuto missionário pode ser enunciado analisando o capítulo 16 da Regra não Bulada. Esse capítulo começa com uma referência direta às palavras de Jesus: "Eis que eu vos envio como ovelhas no meio de lobos". Portanto, sejam prudentes como serpentes e simples como pombas" (Regula 16:1-2, citando Mt 10:16). Então Francisco escreve que os irmãos que desejam ir entre aqueles que não acreditam em Cristo devem pedir permissão a seus ministros e que esses ministros não devem negar a permissão se virem que tais irmãos são adequados, a fim de não colocar um obstáculo no

caminho do que Deus inspirou (RegNB 16:3-4). O capítulo 16 continua: "Os irmãos que vão então entre os infiéis podem se comportar espiritualmente entre eles de duas maneiras. Uma maneira é que eles não discutam ou disputem, mas estejam sujeitos a toda criatura humana por amor de Deus e confessem que são cristãos. O outro caminho é para eles, quando vêem que agrada ao Senhor, proclamar a palavra de Deus para que possam crer em Deus Pai e Filho Todo-Poderoso e Espírito Santo, o Criador de todas as coisas, no Filho, o Redentor e Salvador, e serem batizados e se tornarem cristãos, pois a menos que alguém nasça de novo pela água e pelo Espírito Santo não pode entrar no reino de Deus" (RegNB 16:5-7, citando Jo 3:5). A parte restante e maior deste capítulo (RegNB 16:8-21) é pouco mais do que uma série de citações das palavras de Jesus encorajando os discípulos a continuar testemunhando-o, mesmo que eles sejam rejeitados e perseguidos.

Assim, o estatuto missionário franciscano da *Regra não Bulada* pode ser resumido brevemente nos pontos seguintes. Primeiro, a evangelização é feita em obediência ao comando de Jesus e sob a inspiração do Senhor e não deve ser dificultada. Em segundo lugar, os irmãos evangelizam com seu modo de vida, não se envolvendo em controvérsias, mas estando sujeitos a todos e reconhecendo que eles são cristãos. Terceiro, quando a situação o exigir, os irmãos devem falar a palavra de Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, a fim de convidar outros a crer e se tornarem cristãos através do batismo. Em quarto lugar, a mensagem do Evangelho os tornará vulneráveis à rejeição e à perseguição. A dimensão missionária da vocação franciscana, como delineada neste estatuto do capítulo 16 do Rnb, é confirmada por outros escritos autênticos do poverello. Suas cartas aos fiéis, aos governantes das nações, aos depositários e a toda a Ordem contêm todas as passagens que refletem o desejo de Francisco de proclamar Cristo ao mundo inteiro. Por exemplo, em sua "Carta a toda a Ordem" ele convida seus irmãos a ouvir a voz do Filho de Deus, acrescentando: "Louvai-o porque ele é bom e exaltai-o em vossas obras, por isso ele vos enviou por todo o mundo, para que possais dar testemunho de sua voz em palavras e atos e fazer saber a todos que não há Todo-Poderoso senão ele" (Let Ord 6-9; FF 216). Esta mesma ação universal, para que todos possam louvar ao Senhor, encontra expressão em muitas das orações de Francisco, como a que aparece no capítulo 23 da Regra anterior, onde ele chama "todos os pequenos e grandes e todos os povos, povos, raças e línguas, todas as nações e todos os homens de todas as partes da terra, que são e que serão" para perseverar na verdadeira fé e penitência (RegNB 23:7; FF 68).

ARTIGO I: NOSSO COMPROMISSO COM A EVANGELIZAÇÃO N. 175-181

Os sete parágrafos numerados deste primeiro artigo são intitulados como segue:

N. 175 - O fundamento teológico e franciscano de nosso compromisso de evangelizar;

N. 176 - *Missio ad gentes* e a nova evangelização;

N. 177 - Estilo missionário;

N. 178 - A vocação missionária;

N. 179 – A implantação da Ordem;

N. 180 - Competências missionárias;

N. 181 - Testemunhas de fraternidade e minoria (Polliani, 357, com comentários às pp. 358-374).

Ao descrever o que considerou ser alguns dos principais aspectos de seu trabalho de revisão, a *Commissio Constitutionum* OFM Cap. destacou seus esforços para enriquecer as Constituições, incluindo "as diversas e diferenciadas esferas de missão" e enfatizou:

- Que "o texto não fala mais de irmãos missionários ... entre não cristãos, mas de irmãos missionários enviados a diferentes partes do mundo, indicando assim um horizonte mais amplo (n. 176,7-8 e 177,1)
- Que os irmãos não amarrem sua atividade evangelizadora à segurança dos recursos econômicos ... e renunciem a todo prestígio social (n. 177,5);
- Que em diálogo com as outras Igrejas cristãs e com as diferentes religiões procuram respeitosamente os sinais da presença de Deus e os germes da Palavra nas diversas culturas e insiste na preparação dos irmãos "não só na missiologia e no ecumenismo, mas também no diálogo inter-religioso" (n. 177,7-8 e 178,2);
- Que os irmãos "promovam a vida consagrada e a presença de nosso carisma na vida das Igrejas particulares", ou seja, em todas as Igrejas, tanto as recém-fundadas como as que têm uma longa tradição e história (n. 177,1);
- Que não falamos mais de um Secretariado de Animação e Cooperação Missionária, mas de um Secretariado de Evangelização (n. 180,3) e que "os irmãos colaboram constantemente com institutos religiosos que no mesmo território se dedicam à evangelização" (n. 180,4)
- Que a Ordem mantém "uma visão universal e abertura a um amplo horizonte apostólico de evangelização missionária, recordando a intuição de *Sacrum Commercium*, n. 63 [= FF 2022] de que 'nosso claustro é o mundo'" (n. 181) (Todos estes pontos podem ser encontrados em PdR2, 580-581).

A estas breves descrições do conteúdo e novidades na revisão do Artigo I do Capítulo XII das Constituições, gostaria agora de acrescentar algumas reflexões pessoais minhas.

O parágrafo inicial apresenta uma visão muito condensada da Igreja como sacramento universal de salvação e, portanto, por sua própria natureza missionária, refletindo o ensinamento de Paulo VI que, em sua peregrinação pela história, diz que sua vocação é viver a graça da evangelização, vocação que se dirige em particular aos religiosos por causa de sua especial consagração (n. 175, 1-2). Ele situa São Francisco e sua fraternidade dentro dessa visão eclesial, chamados a anunciar o Evangelho e a contribuir para a transformação do mundo em justiça e paz, e aceitando o compromisso de evangelizar como a principal tarefa apostólica que contribui para a renovação e construção do Corpo de Cristo (n. 175, 3-4). A ênfase neste primeiro parágrafo está no fato de que a Ordem dos Capuchinhos só pode ser compreendida dentro da Igreja. Assim como a Igreja é essencialmente missionária, assim também deve ser a fraternidade dos Capuchinhos. Este parágrafo reflete claramente a ênfase crescente na evangelização que tem encontrado expressão crescente no ensino oficial da Igreja:

Evangelizar, de fato, é a graça e a vocação própria da Igreja, sua identidade mais profunda. Ela existe para evangelizar, ou seja, para pregar e ensinar, para ser o canal do dom da graça, para reconciliar os pecadores com Deus, para perpetuar o sacrifício de Cristo na Santa Missa que é o memorial de Sua morte e gloriosa ressurreição (EN 14).

Parece-me que dois pontos merecem atenção especial aqui. Em primeiro lugar, a vida dos capuchinhos deve estar envolvida de todo o coração na vida da Igreja, tanto em sua liderança universal quanto em sua experiência vivida no contexto das Igrejas particulares em todo o mundo. A vida dos capuchinhos não é uma questão de estilo de vida pessoal sem referência à participação ativa na vida da Igreja. Em segundo lugar, a inclusão da noção de "*graça da*

evangelização" é muito útil. A evangelização pode exigir coragem, como atestam as palavras e a experiência de São Francisco e dos primeiros irmãos mencionados anteriormente neste ensaio. É preciso orar e receber a graça da evangelização para ter a generosidade e a coragem de se engajar nela. Ao descrever sua própria vocação missionária para os gentios e a de São Pedro para os judeus, São Paulo relatou que Deus estava trabalhando através de cada um deles e que os pilares da comunidade de Jerusalém reconheciam a graça que Ihe havia sido dada para cumprir sua missão (cf. Gal 2,7-9).

O parágrafo seguinte das Constituições (n. 176) tira a conclusão lógica do parágrafo anterior, a saber, que todos os irmãos, excluindo ninguém, devem considerar-se missionários e são chamados a levar aos outros a alegre mensagem de salvação (n. 176, 1). Esta aplicação universal da identidade evangelizadora de cada irmão capuchinho é então justificada parafraseando os recentes ensinamentos católicos oficiais que descrevem as três áreas de evangelização em termos de missão ad gentes aos não-crentes, o cuidado pastoral daqueles que praticam sua fé cristã e o alcance daqueles que se afastaram dessa prática em áreas que requerem uma nova evangelização (n. 176, 1-4). Sem perder a admiração pela atividade heroica de nossos "missionários estrangeiros" do passado e ainda de hoje, é necessário, à luz dos desenvolvimentos na Igreja, nas sociedades contemporâneas e na Ordem, abandonar a concepção anterior que designava apenas um certo segmento parcial de irmãos como missionários. Este parágrafo reflete claramente a compreensão mais ampla da evangelização que foi enfatizada pelos santos Paulo VI e João Paulo II e seus sucessores, os Papas Bento XVI e Francisco. Por conta da visão do trabalho missionário que tinha sido predominante nos últimos séculos, o parágrafo 176 pode ser um verdadeiro desafio para muitos irmãos. Muitos de nós fomos atraídos pela Ordem num momento em que o desejo de servir como missionários levaria naturalmente um candidato a buscar a entrada em uma congregação religiosa especificamente identificada como uma congregação ou sociedade missionária, e a escolha de se tornar um capuchinho não foi orientada principalmente como uma resposta à graça da evangelização. As Constituições revistas convidam inequivocamente todos os irmãos a refletir novamente sobre como eles entendem e colocam em prática a dimensão missionária de sua vocação.

Isto pode nos convidar a reconsiderar como vemos nossos santos capuchinhos, cujas vidas têm sido uma das inspirações mais importantes para muitos de nós na adesão à Ordem. Alguns dos santos canonizados da família dos capuchinhos podem ser descritos como homens que deixaram sua terra natal para participar de uma missão ad gentes em algumas culturas e entre algumas pessoas que não eram suas próprias. Mas este não é o caso de todos eles. Santos como Félix de Cantalice, Conrado de Parzham, Anjo do Acre, Pio de Pietrelcina ou os mártires espanhóis e poloneses do século XX não eram "missionários estrangeiros". A compreensão ampliada da evangelização contemporânea nos pede para refletir mais precisamente sobre a dimensão missionária de cada um de nossos santos, não de forma anacrônica - atribuindo-lhes uma mentalidade 'missionária' específica que talvez não tenham tido - mas lançando mais luz direta sobre a forma como suas vidas foram modelos de proclamação do Evangelho de Jesus Cristo. Como vê-los viver a dimensão missionária já enraizada nos escritos do próprio São Francisco, por seu exemplo de vida, por seu testemunho explícito do Evangelho de Jesus Cristo e por sua corajosa vulnerabilidade à provável rejeição?

O parágrafo 177 das Constituições revisadas pode nos ajudar em tal reflexão sobre a dimensão missionária de nossos irmãos do passado e nosso próprio chamado a sermos evangelizadores hoje. Este parágrafo retoma alguns aspectos do "*estatuto missionário*" franciscano do capítulo 16 da Rnb: testemunhar o evangelho pela maneira como vivem e,

quando virem que agrada a Deus, proclamar abertamente o mundo da salvação (n. 177,1). O parágrafo inteiro é particularmente sensível ao fato de que o contexto da evangelização é a Igreja local (n. 177.2) e que a evangelização requer a colaboração de todos os outros envolvidos na missão da Igreja (n. 177.3-4). A sensibilidade à cultura (n. 177.6-7), o diálogo com outras Igrejas cristãs e com diferentes religiões (n. 177.7) e a promoção de mudanças na sociedade "*que favoreçam a vinda de um novo mundo*" (n. 177.8) são enfatizados aqui. Tudo isso sublinha o fato de que a evangelização pode assumir muitas formas. No livro que ele terminou de escrever nos últimos dias de sua vida, o Cardeal Avery Dulles, conhecido por utilizar "modelos" para explorar vários tópicos teológicos, incluiu uma seção intitulada "*modelos de evangelização*", que ele concluiu com as seguintes palavras.

Alguns podem ter uma aptidão e propensão para se engajar em proclamações explícitas, o que é sempre necessário. Mas outros podem evangelizar discretamente, vivendo plenamente sua vocação cristã. Você pode ser chamado a dar um testemunho silencioso, fazendo com que outros se perguntem por que sua fidelidade à regra da oração é tão importante para você. Você pode ter o dom de construir pequenas comunidades de estudo bíblico ou obras de caridade para com pessoas necessitadas. Você pode ser dotado como escritor ou cientista, como político ou estadista, como mestre das comunicações eletrônicas ou como financeiro. Cada um desses chamados, perseguidos com inspiração cristã, tem seu lugar na panóplia de atividades missionárias (Dulles, 100).

Podemos esperar que tal variedade de formas de evangelização também seja característica de nosso compromisso missionário capuchinho. O Capítulo XII nos convida a pensar na evangelização desta maneira mais ampla e a abraçar explicitamente em cada irmão sua vocação missionária.

A *Commissio Constitutionum* lembrou algumas palavras de Raniero Cantalamessa que podem ajudar a explicar porque os católicos podem hesitar em se considerar "*evangélicos*", uma categorização que muitos tendem a associar com vários grupos de protestantes. Ele escreve que os franciscanos devem abraçar esta identidade, precisamente por causa do exemplo de São Francisco:

Nós católicos estamos melhor preparados, de nosso passado, para sermos mais os "pastores" do que os "pescadores" dos homens, ou seja, estamos melhor preparados para pastorear pessoas que permaneceram fiéis à Igreja, do que para trazer novas pessoas para ela, ou para "pescar" aqueles que se afastaram dela. A pregação itinerante escolhida por Francisco, responde precisamente a esta necessidade. Seria uma pena se a existência de Igrejas e grandes estruturas próprias nos tornasse franciscanos apenas pastores e não pescadores de homens. Os franciscanos são 'evangélicos' por vocação original, os primeiros verdadeiros 'evangélicos' (PdR2 588).

Vários parágrafos subsequentes do Capítulo XII abordam o papel dos ministros locais (n. 178 e 180) e gerais (n. 180) na promoção da atividade missionária da Ordem. Aqui é encorajada a prontidão das várias circunscrições para ajudar umas às outras, refletindo as mudanças demográficas dentro da Ordem que ocorreram nos últimos anos, conforme observado tanto no Conselho Plenário realizado em Mattli como nas cartas de vários Ministros Gerais. Também é lembrada a importância de promover as expressões do carisma franciscano nas Igrejas locais (n. 179, 1-2) e de designar irmãos adequados para a formação de candidatos em várias partes do mundo (n. 179, 3-4).

O estilo da evangelização capuchinha como reflexo dos valores da itinerância e da minoridade é especialmente sublinhado no parágrafo 181, mas também se reflete no encorajamento a respeitar os sinais da presença de Deus e as sementes da Palavra nas diferentes culturas (cf. n. 177,7; 179,4). O espírito de minoria pode ser particularmente útil na abordagem de pessoas influenciadas por um contexto secular substancialmente antagônico à fé cristã. Michael Paul Gallagher observou três possíveis respostas às culturas de descrença hoje: rejeição, aquiescência e discernimento. Num clima cultural não-cristão, pós-cristão ou anticristão, o que poderia levar a uma evangelização eficaz não é a rejeição direta nem a aquiescência ingênua, mas o discernimento, que pode permitir discernir valores positivos dentro de uma cultura secularizada, o que talvez possa proporcionar um ponto de contato para um engajamento eficaz com as pessoas de hoje (cf. Gallagher, 135-144). Este espírito de itinerância e minoria também está no centro da inculturação em contextos inerentemente não anti-religiosos. É também uma atitude fundamental para o trabalho de diálogo inter-religioso e ecumênico.

A importância da formação é destacada em várias partes do Capítulo XII, seja ela formação no carisma franciscano ou formação ecumênica e inter-religiosa e compromisso com a colaboração e o diálogo (cf. n. 177-179). Dada sua estreita relação com a evangelização eficaz, o comentário do Papa Francisco poderia servir como um incentivo particular à formação e ao compromisso com o ecumenismo.

Dada a seriedade da divisão entre os cristãos, particularmente na Ásia e na África, a busca de caminhos para a unidade torna-se urgente. Os missionários nesses continentes mencionam repetidamente as críticas, reclamações e zombarias que recebem por causa do escândalo dos cristãos divididos. Se nos concentrarmos nas convicções que nos unem e lembrar o princípio da hierarquia das verdades, poderemos caminhar rapidamente em direção a formas comuns de proclamação, serviço e testemunho. A imensa multidão que não aceitou a proclamação de Jesus Cristo não pode nos deixar indiferentes. Portanto, o compromisso com uma unidade que facilita a aceitação de Jesus Cristo deixa de ser uma mera diplomacia ou um cumprimento forçado, para se tornar um caminho indispensável de evangelização. Os sinais de divisão entre cristãos em países que já estão dilacerados pela violência, acrescentam mais violência por aqueles que deveriam ser um fermento ativo de paz. Há tantas e tão preciosas coisas que nos unem! E se realmente acreditamos na ação livre e generosa do Espírito, quantas coisas podemos aprender uns com os outros! (EG 246).

ARTIGO II: NOSSA VIDA DE FÉ N. 182-184

De acordo com o Esboço de nossas Constituições para o Capítulo Geral LXXXIV, muito poucas mudanças foram propostas para a revisão deste segundo artigo do Capítulo XII (cf. PdR2 608-611). Os três parágrafos numerados deste artigo foram intitulados como se segue:

N. 182 - O Dom da Fé;

N. 183 - "Sempre súditos da Igreja";

No. 184 - Fidelidade à nossa vocação (Polliani 357, com comentários sobre 374-375)

A fé é apresentada como um dom recebido através da Igreja que deve ser valorizado e aprofundado ao longo da vida, informando e orientando toda nossa atividade (cf. n. 182, 1-2). Pode-se progredir nesta fé eclesial através da oração assídua e da partilha da fé com os outros (n. 182, 2-3). Este parágrafo pode assim ser dito para indicar a conexão entre o Artigo II sobre "Nossa Vida de Fé" e o Artigo I sobre "Nosso Compromisso de Evangelizar" (n. 182, 3). Como

tal, alude a dois temas importantes na *Redemptoris Missio* de João Paulo II: "A fé se fortalece dando-a" (RMI 2) e "A missão é uma questão de fé, é o índice exato de nossa fé em Cristo e em seu amor por nós" (RMI 11). Os capuchinhos podem regozijar-se que esta estreita ligação entre evangelização e fé, que pode ser vista no capítulo final de nossas Constituições, encontre confirmação no 12º Sínodo dos Bispos que tratou da "nova evangelização para a transmissão da fé" (cf. Martinelli, 2012 passim).

O parágrafo 183, como nas versões anteriores de nossas Constituições, encorajou a fidelidade ao ensinamento do Santo Padre e dos bispos e, como tal, pode ser visto como a expressão da mensagem fundamental das sentenças finais do Regra Bulada. O último parágrafo do artigo II (n. 184) convida os irmãos a viverem fielmente sua vocação através da renovação contínua, confiantes de que a graça de Cristo os ajudará nos momentos de fraqueza a superar cada obstáculo.

O Esboço preparado para os delegados do 84º Capítulo Geral lista os últimos cinco parágrafos das Constituições como uma "Conclusão" (PdR2, 619), compreendendo duas partes distintas. Os números 185-187 "falam da interpretação e da observância da Regra de acordo com nossas Constituições". Eles também estão presentes em nossas antigas Constituições de 1536 e 1925. Estes últimos números não falam nem da difusão da fé ou da proclamação do Evangelho nem da vida de fé dos irmãos, mas das Leis da Ordem: Regra e Constituições. Portanto, eles não podem ser considerados parte do Capítulo Doze" (Polliani, 375). Eles sublinham a autoridade da Santa Sé na interpretação da Regra e das Constituições e descrevem o papel dos Capítulos Gerais e Provinciais e das Conferências dos Superiores Maiores em propor adaptações à luz das circunstâncias de tempo e lugar, sempre quando necessário com a aprovação da Santa Sé.

O parágrafo 188 convida os irmãos a observar a Regra e as Constituições com um amor dedicado e fervoroso e recorda a bênção de São Francisco sobre os irmãos que o fazem, enquanto o parágrafo 189 é um hino a Cristo como o caminho, a verdade e a vida (cf. Polliani 376-377). Estes parágrafos têm suas raízes nos primeiros dias da Ordem, já nas Constituições de 1536.

III. CONSIDERAÇÕES PARA REFLEXÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Talvez uma boa maneira de começar esta pequena seção seja lembrar o discurso de nosso então Ministro Geral Mauro Jöhri durante o Sínodo sobre a Nova Evangelização para a Transmissão da Fé:

Nós religiosos contribuiremos para a nova evangelização na medida em que soubermos nos renovar em contato com o carisma de nossos fundadores e na escuta atenta das situações complexas de nosso tempo. Uma fidelidade criativa é exigida de nós, pois, afinal, São Francisco de Assis viveu de forma exemplar - tomo o exemplo que me é mais próximo -. Seu primeiro biógrafo, Tomás de Celano, querendo caracterizá-lo de uma forma casta, chamou-o de "um homem verdadeiramente novo"! ... Sinto-me obrigado a dizer que ele era um homem verdadeiramente novo porque era capaz de repropor Jesus Cristo e seu Evangelho de uma maneira forte e convincente. ... Francisco descobriu Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, quando se descobre o tesouro escondido no campo. Uma vez descoberto o tesouro que é Cristo, Ele motivou e acompanhou todas as escolhas da vida de Francisco. ... Nós religiosos seremos renovados e poderemos nos tornar protagonistas no campo da nova evangelização com todas as forças vivas da

Igreja se, como Francisco, nos aproximarmos de Cristo para nos deixarmos transformar por sua presença amorosa. Muito dependerá do lugar que daremos, tanto comunitária como individualmente, à escuta da Palavra de Deus, ao amor fraterno empurrado ao ponto de lavarmos os pés uns dos outros. ... Nós religiosos somos decisivamente chamados a colocar Cristo no centro de nossas vidas; e isto implica ter a coragem de testemunhá-lo abertamente. Não devemos ter medo de dizer que é por Ele e somente Ele que escolhemos abraçar a vida religiosa e viver em mútua dependência em fraternidade (Jöhri, 363-365; percepções semelhantes, mas mais amplas, sobre como os religiosos podem contribuir para a nova evangelização podem ser vistas em Martinelli 2013, passim).

Francisco sabia obviamente que a proclamação do Evangelho, em qualquer parte do mundo, exigiria coragem e paciência. É por isso que ele aconselhou seus irmãos:

Não tenha medo de ser considerado insignificante ou louco, mas proclame a penitência com coragem e simplicidade. Confiança no Senhor, que venceu o mundo! Ele fala por Seu Espírito em você e através de você, admoestando homens e mulheres a serem convertidos a Ele e a observarem Seus preceitos. Você encontrará alguns fiéis, mansos e benevolentes, que o receberão e suas palavras com alegria. Muitos mais, entretanto, serão os descrentes, orgulhosos, blasfemos, que o insultarão e resistirão a você e à sua proclamação. Consequentemente, suportar todas as coisas com paciência e humildade. (Legenda dos Três Companheiros X, 36 = FF 1440).

Enquanto refletimos sobre o material que agora aparece na revisão do Capítulo XII de nossas Constituições, talvez algumas perguntas possam estimular nossas considerações.

Eu me considero um evangelizador? Nós irmãos capuchinhos fizemos votos de profissão para seguir a Regra de 1223, que se abre com as palavras: "A regra e a vida dos irmãos menores é esta, isto é, observar o santo Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo, vivendo em obediência, nada de próprio e em castidade". Se é verdade que "o santo Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo" tem no coração o mandato de proclamar o Evangelho a todas as nações, como diz cada um dos quatro evangelhos, então se não se proclama o Evangelho, não se o observa. Portanto, cabe a cada irmão capuchinho se perguntar "como se expressa em minha vida a dimensão missionária de minha vocação? Como proclamar o Evangelho? Este me parece ser o desafio mais significativo que nossa última revisão nos apresenta. Abraçando a compreensão mais ampla da evangelização em termos das três situações de missão ad gentes, ministério pastoral e nova evangelização, e reconhecendo que em cada um desses contextos são possíveis múltiplas formas de testemunho, o Capítulo XII convida todos os irmãos a aprofundar sua reflexão sobre essa dimensão de sua vocação. Como posso participar mais efetivamente dos esforços de evangelização que estão sendo realizados em minha Igreja local?

Você acredita que existe um espírito autenticamente missionário entre os irmãos em sua circunscrição? Todos nós realmente sentimos na vida cotidiana de nossas fraternidades que "estamos em missão"? As vocações missionárias e a prontidão para a missão são encorajadas em sua fraternidade? Existe interação entre irmãos enviados a diferentes culturas para proclamar o Evangelho e a fraternidade de onde eles vêm? Quais são as dificuldades que bloqueiam o desenvolvimento das vocações missionárias entre nós? Que iniciativas devem ser tomadas em sua circunscrição para fomentar o espírito missionário e a prontidão para ser enviado a proclamar Cristo onde Ele ainda não é conhecido?

Como a formação para a evangelização encontra seu lugar na forma como colocamos em prática nossa *Ratio formationis*? Nossa formação inicial, especial e permanente ajuda os irmãos a se engajarem na evangelização ao longo de suas vidas? Tal ajuda incluiria a formação à situação contemporânea da Igreja em seus vários contextos, a capacidade de compreender as culturas e as mudanças que estão ocorrendo a um ritmo cada vez mais rápido. Dada a relação essencial entre a unidade de todos os cristãos e a proclamação efetiva de Jesus Cristo, de acordo com a própria oração de Jesus "que todos sejam um, para que o mundo creia" (Jo 17,21), a formação e o engajamento ecumênico é promovido dentro de nossas jurisdições? Em nossa crescente consciência do pluralismo inter-religioso no mundo de hoje, estamos prestando atenção a esse delicado equilíbrio entre estarmos abertos à bondade de outras religiões, mantendo nossa fé em Cristo como o único Salvador de todos os seres humanos e discernindo não apenas como colaborar com os de outras religiões, mas também como compartilhar nossa fé cristã quando as circunstâncias o permitirem?

CONCLUSÃO

Em sua "Carta à Ordem no início do novo sexênio Agradecemos ao Senhor", de 14 de abril de 2019, o Ministro Geral Roberto Genuin salientou que o trabalho de evangelização deveria ser de especial importância para todos os capuchinhos, referindo-se três vezes ao Capítulo XII das novas Constituições. Recordando os louváveis missionários do passado e do presente, ele comentou:

... interiormente somos como que tomados por um certo sentimento de inveja, e continuamos admirando como nossos missionários foram capazes de dar de si mesmos, de trabalhar e de ser testemunhas do Evangelho, sacrificando literalmente, em muitos casos, até mesmo suas próprias vidas. Mas por que não lembrar que essa mesma vocação, que os levou a serem verdadeiros obreiros do Evangelho, é também nossa própria vocação? Então, se o abraçarmos plenamente, o Senhor nos permitirá também, hoje e em todos os tempos, fazer como eles fizeram, fazer também, e ainda melhor! (Genuin, n. 25-26).

Um aspecto que ele destacou como sendo de particular importância é a colaboração entre as várias circunscrições da Ordem, que de muitas maneiras provou ser uma verdadeira bênção, mesmo que alguns problemas ainda precisem ser resolvidos. O Ministro Geral enfatiza a necessidade de fortalecer o compromisso missionário dentro de toda a Ordem:

Será necessário que o compromisso de crescer em todas as Circunscrições para valorizar ainda mais a dimensão missionária, abrindo seus corações e tornando seus irmãos disponíveis, para que vão proclamar o Evangelho fora de seu próprio território. Tal disponibilidade é um sinal importante do crescimento e maturidade de cada Circunscrição, tanto dos superiores como dos irmãos (Genuin, 41).

Ele propõe, portanto, a realização de um conselho plenário em um futuro próximo para facilitar este novo compromisso:

Dado o caminho de maturidade que somos chamados a desenvolver nos próximos anos, e considerando que pode ser uma resposta precisamente de acordo com os apelos sinceros do Santo Padre, destinados a que a Igreja se disponha a uma dimensão de "sair" a serviço do Povo de Deus [cf. EG 20-24], acreditamos que pode realmente ajudar toda a Ordem a voltar a refletir sobre a dimensão missionária de nossa vida. Esperamos, portanto, poder celebrar, em meados do sexênio, um novo CPO centrado no tema da

missão. Através do estudo aprofundado deste tema, que confiamos nos ajudará a orientar com maior certeza os passos que a Ordem está dando, seremos decididamente estimulados a reconsiderar fortemente nossa vida de fé e oração, nossa vocação ao dom de si e ao carisma da fraternidade (Genuín, 54).

Pode-se esperar que estas percepções e propostas no início de um novo sexênio na vida de nossa Ordem dêem muitos frutos.

Em conclusão, creio que se pode dizer que a revisão do Capítulo XII conseguiu introduzir em nossas Constituições o que pode ser visto como alguns dos desenvolvimentos mais significativos do recente ensinamento da Igreja a respeito de seu compromisso missionário com a evangelização. Pode ser visto como um programa capuchinho contemporâneo, à luz dos recentes desenvolvimentos na sociedade, na Igreja e na Ordem, para viver a mensagem de Jesus no Sermão da Montanha: "Vós sois o sal da terra... Você é a luz do mundo... Que vossa luz brilhe de tal modo diante dos homens, que eles possam ver vossas boas obras e dar glória a vosso Pai que está nos céus" (Mt 5, 13-16).